

Eixo 8 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A cooperação internacional deve estar alinhada com os direitos humanos, nos termos de Acordos e Tratados a respeito do tema.

1 Em sua opinião, quais são os principais problemas e desafios para promover a cooperação internacional em políticas sobre drogas?

1. Respeito, no Brasil, aos mais diversos serviços da rede, especialmente das comunidades terapêuticas. A base para uma cooperação internacional é a coerência e o reconhecimento dos mais diversos serviços internos.

2. Soberania Nacional e Desconfiança:

A resistência de alguns países em aceitar políticas internacionais, por questões de soberania nacional ou por dificuldades políticas internas, é um grande obstáculo.

3. A falta de confiança mútua entre os países, muitas vezes devido a diferenças ideológicas ou desconfiança em relação às intenções dos outros, também dificulta a cooperação.

4. Diferenças Culturais e Abordagens Variadas:

Diferentes culturas têm visões distintas sobre o uso de drogas, o que pode levar a conflitos sobre como abordar o problema.

Países podem adotar abordagens diferentes para a redução de danos, o tratamento e a prevenção, tornando a coordenação mais complexa.

A resistência a políticas de redução de danos, por exemplo, pode ser um ponto de discórdia entre países que as adotam e aqueles que preferem uma abordagem mais punitiva.

5. Falta de Recursos e Capacidade:

Países em desenvolvimento podem não ter os recursos financeiros e técnicos necessários para implementar políticas de drogas eficazes.

Isso inclui a falta de acesso a tratamento adequado para dependentes químicos, programas de prevenção eficazes e a capacidade de combater o tráfico de drogas de forma eficiente.

A falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e abordagens também é um desafio.

6. Conflito de Interesses e Abordagens:

Países produtores de drogas podem ter interesses diferentes daqueles países que são consumidores ou rotas de trânsito.

A falta de consenso sobre o que constitui uma abordagem eficaz para o problema das drogas dificulta a cooperação.

Alguns países podem priorizar o combate ao tráfico de drogas, enquanto outros podem se concentrar mais na prevenção e no tratamento.

7. Questões de Direitos Humanos:

A abordagem das políticas de drogas também envolve questões de direitos humanos, como o tratamento justo e equitativo dos usuários de drogas e a garantia de acesso a serviços de saúde e assistência social.

A criminalização do usuário de drogas, por exemplo, pode levar à violação de seus direitos e dificultar seu acesso a tratamento.

É importante que as políticas de drogas respeitem os direitos humanos e promovam a inclusão social dos usuários de drogas.

8. Enfrentamento ao Crime Organizado: O tráfico de drogas é uma atividade criminosa complexa que envolve organizações criminosas poderosas.

A cooperação internacional é crucial para combater o tráfico de drogas em nível global, dismantelar as redes criminosas e reduzir o impacto do crime organizado.

2 QUAL(IS) SUA(S) PROPOSTA(S) DE AÇÕES OU PROGRAMAS PARA SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS APONTADOS NA PERGUNTA ANTERIOR?

1. Fortalecimento da Governança e Articulação:

Criação de mecanismos de cooperação internacional: Estabelecer fóruns e redes de diálogo entre países para troca de experiências, informações e melhores práticas, incluindo as articulações internacionais de fortalecimento das comunidades terapêuticas.

Participação ativa dos afetados: Envolver usuários, familiares, comunidades e organizações da sociedade civil no planejamento, execução e avaliação das políticas.

Integração de políticas: Coordenar ações entre diferentes setores (saúde, educação, segurança pública) e níveis de governo (municipal, estadual, federal).

Apoio a redes de pesquisa: Fortalecer a produção e disseminação de conhecimento científico sobre drogas e seus impactos.

2. Fortalecimento da Cooperação Internacional:

Intercâmbio de informações e melhores práticas: Criação de plataformas e redes de comunicação para o compartilhamento de dados, pesquisas e experiências bem-sucedidas em diferentes países, incluindo dados sobre prevenção, tratamento e redução de danos.

Acordos e tratados bilaterais e multilaterais: Negociação de acordos e tratados que estabeleçam marcos legais e operacionais para a cooperação em diversas áreas, como combate ao tráfico, controle de fronteiras, extradição de criminosos e assistência mútua em investigações.

Treinamento e capacitação de profissionais: Realização de programas de treinamento e capacitação para profissionais de saúde, segurança pública, justiça e assistência social, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos na área de drogas.

3. Promoção da Participação Social:

Engajamento da sociedade civil: Promover a participação de organizações da sociedade civil no desenvolvimento e implementação de políticas.

Fortalecimento dos conselhos: Estimular a participação ativa dos Conselhos de Políticas sobre Drogas em todos os níveis.

4. Ações conjuntas de combate ao crime organizado: Cooperação entre as forças de segurança dos países para dismantelar redes de tráfico de drogas, rastrear e apreender drogas, armas e dinheiro, e prender criminosos envolvidos no tráfico.

Fortalecimento do controle de fronteiras: Aumento da fiscalização nas fronteiras para impedir a entrada e saída de drogas, armas e outros produtos ilícitos.

Destruição de plantações de drogas: Apoio aos países produtores no combate ao cultivo de drogas, com o oferecimento de alternativas econômicas para as comunidades locais e a destruição de plantações de forma segura e sustentável.

5. Prevenção e Tratamento:

Programas de prevenção abrangentes: Implementação de programas de prevenção ao uso de drogas direcionados a diferentes grupos populacionais (escolas, famílias, comunidades) e com foco na educação, informação e conscientização sobre os riscos associados ao uso de drogas.

Acesso a serviços de tratamento de qualidade: Ampliação da oferta de serviços de tratamento e atenção psicossocial para usuários de drogas, incluindo unidades básicas de saúde, centros de atenção psicossocial (CAPS) e comunidades terapêuticas, com foco na redução de danos e na reinserção social.

Promoção da redução de danos: Implementação de políticas e programas de redução de danos que visem minimizar os impactos negativos do uso de drogas na saúde e na vida social dos usuários, como o fornecimento de seringas, tratamento com metadona e outras estratégias de assistência.

6. Promoção de Alternativas Econômicas:

Desenvolvimento de projetos de agricultura sustentável: Investimento em projetos de agricultura sustentável para oferecer alternativas de renda para as comunidades que dependem do cultivo de drogas, promovendo a geração de empregos e o desenvolvimento econômico local.

Criação de cooperativas de trabalho: Apoio à criação de cooperativas de trabalho para que as pessoas possam se organizar e gerar renda de forma autônoma e sustentável.

Financiamento de projetos de desenvolvimento comunitário: Investimento em projetos de desenvolvimento comunitário que visem melhorar a qualidade de vida das pessoas, incluindo acesso à educação, saúde, saneamento básico e outros serviços essenciais.